

Café com o  
**contabilista**

## INVENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO



**FÓCO NO QUE CONTA:**  
INOVAR PARA EVOLUIR

# Inventário no Setor Público



# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

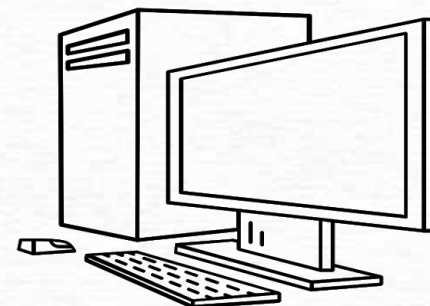


- **BENS IMÓVEIS** - Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos.
- **BENS MÓVEIS** - Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.



# Inventário no Setor Público

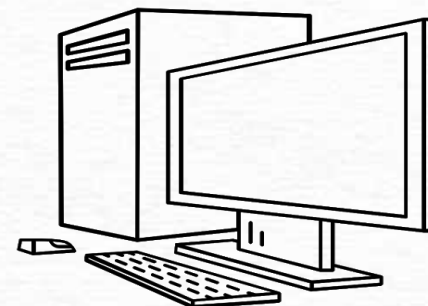
## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO



- **MATERIAL PERMANENTE** - Aquele que, em razão de seu uso corrente, **não perde** a sua **identidade física**, e/ou tem uma **durabilidade** superior a dois anos.
- **BENS NÃO PATRIMONIÁVEIS** - Se um material for adquirido como **permanente** e ficar comprovado que **possui custo de controle superior ao seu benefício**, deve ser controlado de forma simplificada, por meio de **relação-carga**, que mede apenas aspectos **qualitativos e quantitativos**, não havendo necessidade de controle por meio de **número patrimonial**. No entanto, esses bens deverão estar **registrados** contabilmente no **patrimônio da entidade**.

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO



## Material Permanente X Material de Consumo

Parâmetros Excludentes – Portaria 448/2002 STN

- Durabilidade
- Fragilidade
- Perecibilidade
- Incorporabilidade
- Transformabilidade



# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

**Material  
Permanente**

**Ou**

**Material de  
Consumo**

Exemplos:

- Colchão para uma creche.
- Jarra de Cristal
- Placa de memória para computador – igual a existente e superior a existente.
- Aquisição de madeira para fabricar uma mesa.

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

- **DATA DE CORTE (Competência)** - A introdução de uma data de corte faz-se necessária para identificar o **início da adoção dos procedimentos** de depreciação, amortização e exaustão pelo ente.
- **CLASSE DE ATIVO IMOBILIZADO** - Representa um **agrupamento de ativos** de natureza ou função similares nas operações da entidade, que é evidenciado como um único item para fins de divulgação nas demonstrações contábeis.

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

- **VALOR JUSTO ou de MERCADO** - É o **preço** que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes **do mercado** na data de levantamento.
- **DEPRECIAÇÃO** - É a **redução do valor** dos bens tangíveis **pelo desgaste ou perda** de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.
- **AMORTIZAÇÃO** - é realizada para direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a **vida útil econômica limitada**.



# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO



- **EXAUSTÃO** - É a redução do valor, decorrente da exploração dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.
- **VIDA ÚTIL** - O período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.
- **VALOR RESIDUAL DE UM ATIVO** - É o valor estimado que a entidade obterá com a alienação (venda) do ativo ao fim da sua vida útil.

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

### INVENTÁRIO DE BENS

O inventário dos bens permanentes apurará a **existência física** dos mesmos e os respectivos **valores monetários**, e deverão conter:

- I – As informações do estado de conservação dos bens e materiais;
- II – As informações da localização dos bens;
- III – A relação dos agentes responsáveis pelos bens;
- IV – A manutenção atualizada e conciliada nos registros do sistema patrimonial e contábil.

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

### NORMATIZAÇÃO

- Lei 4320/64
- Constituição Federal 1988
- Lei 8666/93
- LRF (Lei Complementar 101/2000)
- Lei 10.753/2003
- Resolução número 12/2010 do TCEMG
- Portaria da STN 634/13
- Portaria da STN 548/15
- NBC TSP – Estrutura Conceitual/16
- NBC TSP 07/17
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)
- Normas do município



# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

Lei Nº  
4.320/64

- *Art. 95 A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.*
- *Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.*
- *Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.*

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

### Constituição Federal/88

- Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções...
- Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, **pública** ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, **bens** e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."



# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

### Lei 8666/93 Lei das Licitações

- Art. 17 (Regulamenta o processo de alienação de bens pertencentes a administração pública)
- Art. 73 ( Regulamenta o processo de execução do objeto contratado, em se tratando de obras e serviços de engenharia e de compras e locação de equipamento, para fins de verificação de conformidade com os termos contratuais)

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

Lei Nº  
10.753/03

- A Lei que institui a Política Nacional do Livro, regulamenta em seu art. 18 a excepcionalidade dos livros que pertencem as bibliotecas públicas.

# Inventário no Setor Público

## CONCEITOS E NORMATIZAÇÃO

Lei  
Complementar  
101/2000  
LRF

- Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

# Inventário no Setor Público



# Inventário no Setor Público

LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS



O Inventário é apenas uma Obrigação legal?



# Inventário no Setor Público

## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS



- Por que fazer o Inventário Patrimonial?
- Princípios que Regem a Administração Pública
- Importante Ferramenta para Tomada de Decisão
- Redução de Custos
- Valorização dos Recursos Públicos

# Inventário no Setor Público

## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS

Planejamento é Fundamental



# Inventário no Setor Público

## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS



- O município tem um **inventário** físico de bens?
- O Inventário está compatível com as **Normas** do Município?
- Os valores dos bens estão atualizados ao seu **valor de mercado**?
- É possível localizar os bens descritos no inventário?
- Há divergência apontada pela Comissão de inventário para a conferência do Imobilizado, exigida na entrega da **Prestação de Contas** Anual?
- É possível dar continuidade ao trabalho com base neste inventário?

# Inventário no Setor Público

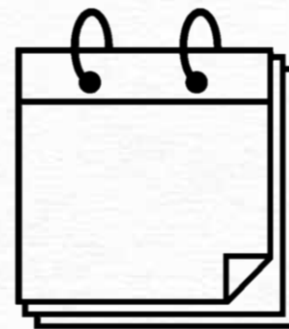
## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS

### Sugestões para montar uma estratégia do Levantamento Físico de Bens



# Inventário no Setor Público

## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS



- O **levantamento físico** dos materiais permanentes será realizado pelo menos uma vez ao ano e no **início e término de gestão**, bem como nas **trocas dos responsáveis por sua guarda e conservação**.
- Um levantamento poderá ser realizado em datas especiais, determinadas em razão de auditorias especiais ou sindicâncias.



# Inventário no Setor Público

## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS

- A **reavaliação do acervo patrimonial** deve ser realizada por comissão designada para a avaliação de bens permanentes, constituída por, no mínimo (três) servidores efetivos do órgão. É importante a participação de servidor com qualificação contábil;
- Verificar a possibilidade de **reutilização das plaquetas** já existentes nos bens;
- Definir **critérios** para a **avaliação e controle dos bens não patrimoniáveis**;



# Inventário no Setor Público

## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS

- Definir qual **método** de reavaliação do **valor justo ou de mercado**, dos bens revisados;
- Definir as **condições dos bens**, conforme o estado de conservação;
- Estabelecer as **classes** dos bens e sua **vida útil** estimada;
- Mapear as **localizações** onde se encontram os bens do município;
- Criar **método de controle** no período do levantamento físico dos bens;

# Inventário no Setor Público

## LEVANTAMENTO FÍSICO DE BENS

- Orientar e capacitar quanto ao detalhamento das **descrições dos bens** para sua **identificação**;
- Após a conclusão da reavaliação do bem e de acordo com as informações da comissão de avaliação, cabe ao **Gestor Patrimonial** fazer a inclusão ou a atualização dos bens no patrimônio da entidade, bem como, documentar todas as informações relevantes, para a elaboração de documentos legais e de orientação da **gestão patrimonial**.

# Inventário no Setor Público



# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

- Através da **gestão do patrimônio** confirmamos a localização e atribuição da carga de cada material permanente permitindo a atualização dos registros dos bens permanentes bem como o levantamento da situação dos equipamentos e materiais em uso, apurando a ocorrência de dano, extravio, obsolescência ou qualquer outra irregularidade.
- Além disso, são verificadas as necessidades de manutenção e reparo e constatação de possíveis ociosidades de bens móveis possibilitando maior racionalização e minimização de custos.



# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO



### DA RESPONSABILIDADE DO USUÁRIO

Cabe a todos os usuários nos diversos níveis do órgão, a responsabilidade de zelar, guardar, conservar e informar qualquer movimentação ou irregularidade com o bem permanente, permitindo à área responsável pela **Gestão Patrimonial** manter os seus registros atualizados.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO



## O TERMO DE RESPONSABILIDADE

É o documento onde estão relacionados os bens componentes da carga patrimonial do setor de uma determinada unidade do órgão, sendo o mesmo assinado pelo responsável pela unidade, respondendo este diretamente pela utilização e conservação dos bens.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

- A cada nova incorporação de bem permanente à unidade setorial signatária, a carga patrimonial deverá ser atualizada.
- Esta atualização pode ser feita reemitindo-se o Termo de Responsabilidade do setor, ou criando-se um termo complementar para os itens incluídos.
- O termo de responsabilidade deve ser atualizado toda vez que ocorrer mudança do agente responsável pelos bens, ou quando houver transferência interna ou nova aquisição para o acervo da unidade interna.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

### A RESPONSABILIDADE DO SIGNATÁRIO

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“Art. 70...

**Parágrafo único.** Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, **pública** ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, **bens** e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

### A RESPONSABILIDADE DO SIGNATÁRIO

#### DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

- Assumir a responsabilidade pelos bens que estão destinados ao seu uso ou do setor que está sob sua chefia ou direção.
- Comunicar ao setor responsável pela **Gestão Patrimonial** qualquer movimentação interna ou externa dos bens sob a sua responsabilidade.



# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

- Comunicar, imediatamente, a quem de direito pela **Gestão Patrimonial**, qualquer irregularidade ocorrida com o material entregue aos seus cuidados.
- Nos impedimentos legais temporários (férias, licenças, afastamentos, etc.), informar ao responsável pela **Gestão Patrimonial** o nome do seu substituto para que a ele seja atribuída à responsabilidade provisória pela guarda do bem.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

- Todo servidor ao ser **desvinculado** do cargo, função ou emprego, deverá **passar a responsabilidade do material sob sua guarda** a outrem, salvo em caso de força maior, quando:
- Impossibilitado de fazer, pessoalmente, a passagem de responsabilidade do material, poderá o servidor delegar a terceiros essa incumbência; ou não tendo esse procedido na forma citada anteriormente, poderá ser designado servidor do órgão para conferência e passagem da responsabilidade pela guarda, utilização e conservação do material.

# Inventário no Setor Público

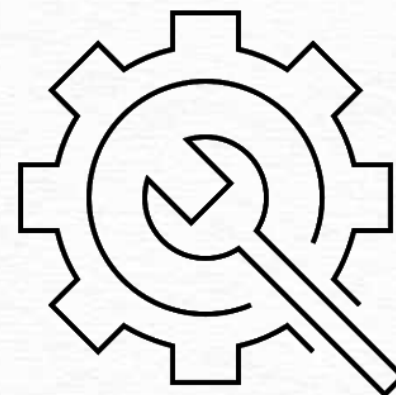
## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

- Caberá ao órgão cujo servidor estiver deixando o cargo, função ou emprego, tomar as providências preliminares para a passagem de responsabilidade, indicando, inclusive, o nome do seu substituto ao setor de controle de material permanente.
- A passagem de responsabilidade deverá ser feita, obrigatoriamente, à vista da verificação física de cada material permanente e lavratura de novo Termo de Responsabilidade.



# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

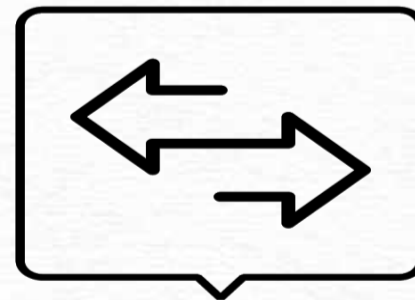


### RETIRADA DE BEM PARA CONSERTO

A saída de um **bem patrimonial** para **conserto ou manutenção**, deve ser precedida de autorização e registro do **Gestor Patrimonial**.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO



### MOVIMENTAÇÃO INTERNA DE BENS / TRANSFERÊNCIA

- Toda **alteração de local** de um bem patrimonial, ainda que temporária, deve ser informada ao Gestor Patrimonial para que o mesmo efetive a atualização das respectivas cargas patrimoniais do setor.
- Caso esta mudança seja por um espaço de tempo muito curto (empréstimo), é necessário o registro para controle interno do setor. A ser realizado pelo responsável direto do setor. **Nada pode sair do setor sem documentação.**



# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

- Na situação de ocorrer um empréstimo para um determinado fim, com tempo definido (por exemplo, um empréstimo para um evento), o Gestor Patrimonial deverá registrar tal empréstimo num expediente específico (Termo de Responsabilidade Temporário).
- As movimentações definitivas requerem autorização específica das unidades envolvidas.
- Em caso de movimentação de bens deverá ser preenchido um formulário de transferência de bens e uma via deve ser encaminhada imediatamente ao setor de Patrimônio para efetiva transferência no sistema.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO



### REAVALIAÇÃO DE BENS

- A frequência com que as reavaliações são realizadas depende das mudanças dos valores justos dos itens do ativo que serão reavaliados. Quando o valor justo de um ativo difere materialmente de seu valor contábil registrado, exige-se nova reavaliação. Os itens do ativo que sofrerem mudanças significativas no valor justo necessitam de reavaliação anual.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO



- Reavaliações frequentes são desnecessárias para itens do ativo que não sofrem mudanças significativas no valor justo, para esses casos as entidades podem reavaliar o item apenas a cada três ou cinco anos, devendo ser realizada somente se houver necessidade.(NBC TSP 07, item 49).

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

### DESAPARECIMENTO DE BENS:

- Todo desaparecimento de um bem patrimonial por furto, roubo, depredação ou extravio deverá ser objeto de instauração de sindicância administrativa e/ou processo administrativo disciplinar para apuração dos prejuízos e das responsabilidades.

OBSERVAÇÃO: Fazer Boletim de Ocorrência somente não resolve a situação. É um documento, porém, tem que haver investigação.





# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO



### BAIXA DE BENS DO PATRIMÔNIO

- A baixa de bens patrimoniais é de iniciativa do órgão interessado pelo seu desfazimento, principalmente quando identificados indícios de inservibilidade. Dessa forma, respeitadas as normas locais, compete ao detentor dos bens solicitar a análise da irrecuperabilidade, de ociosidade ou de antieconomicidade.



# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO



- Identificado pela Administração pública o mau uso ou o extravio do bem, caberá a abertura de processo administrativo, que apurará as devidas responsabilidades. Na hipótese de furto ou extravio, soma-se a necessidade de que seja lavrado Boletim de Ocorrência.

# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

### LEILÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO:

- O leilão é a venda de bens públicos inservíveis da Administração Pública, precedidos de avaliação, mediante lances verbais. Trata-se de modalidade de licitação, prevista no art. 22, V, da Lei n.º 8666/1993, juntamente com a concorrência, tomada de preços, convite, concursos e, recentemente, o pregão, previsto na Lei n.º 10520/2002, em que se converteu a Medida Provisória n.º 2182/2001.

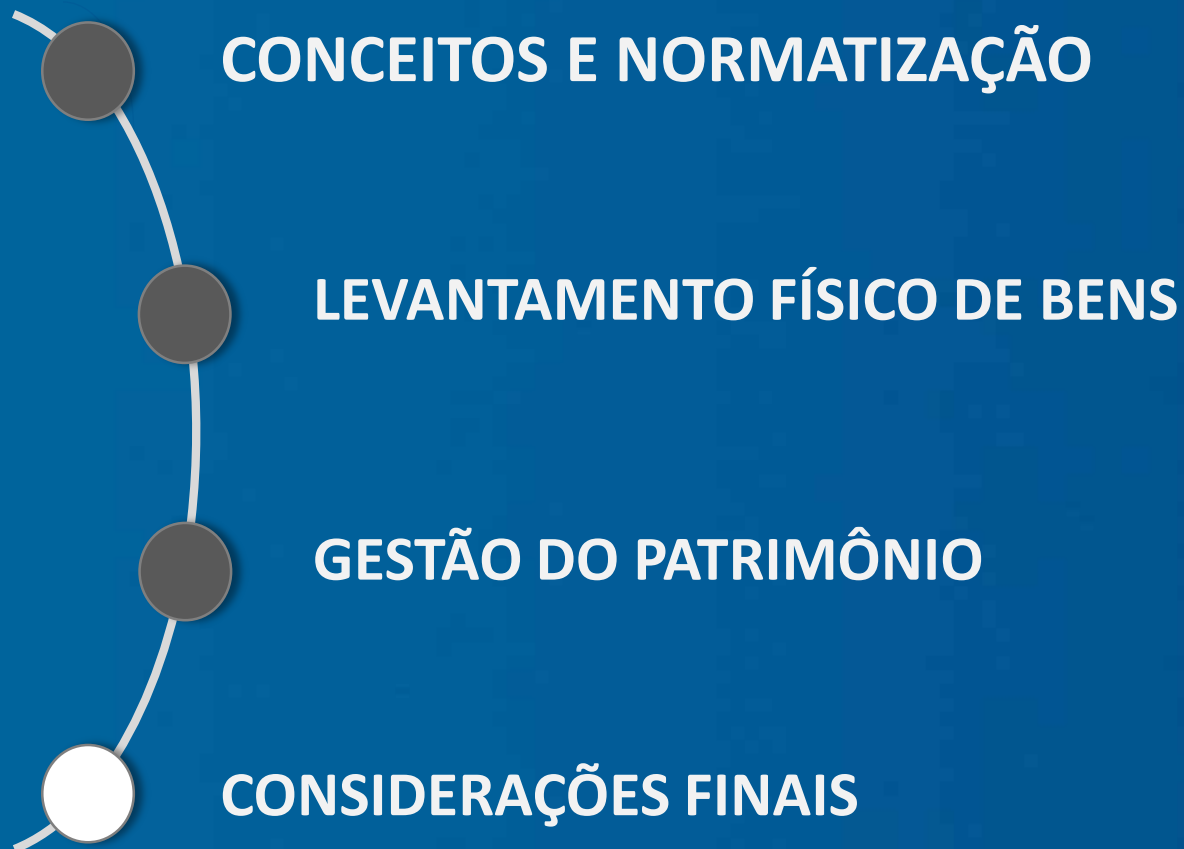
# Inventário no Setor Público

## GESTÃO DO PATRIMÔNIO

- O processo de leilão, como ocorre em qualquer ato da administração pública, é deflagrado com a justificativa do interesse público, que não deve ser confundido com o do administrador, mas, sim, com o da sociedade.
- Conforme o art. 44 da LRF os recursos provenientes da alienação de bens, não devem ser destinados a realização de despesas correntes, salvo se destinados, por lei, ao regime de previdência social, geral ou própria.



# PATRIMÔNIO PÚBLICO



# Inventário no Setor Público

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



ESCLARECIMENTO DE DUVIDAS



**Material cedido pelo palestrante,  
contador e consultor: Edson de  
Carvalho Cardozo.**



[planejarjf.com.br](http://planejarjf.com.br)



[www.crcmg.org.br](http://www.crcmg.org.br)